

A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO COMPORTAMENTO SEXUAL NA SOCIEDADE ROMANA ENTRE OS SÉCULOS III E VI

Eduardo Matos Lopes

Departamento de História – UFRN

Roma, a poderosa e brilhante capital do Império Antigo, inicia seu declínio. O período que corresponde à transição da Idade Antiga para a Média remonta a uma longa trajetória, pois tem início com o esfacelamento do Império Romano. Isto por que, segundo o historiador Rostovtzeff, sua civilização, seu sistema político e sua economia eram imortais e invencíveis, e também não havia com quem lutar ou por que lutar. Com essa aparente tranqüilidade, o cidadão romano das classes mais abastadas, principalmente a classe média urbana, procurava outros ideais: prazeres e lucros materiais.

Tratando-se de um assunto que até hoje é revestido de tabus e preconceitos, procura-se mostrar neste estudo que nem sempre a sexualidade foi repudiada, como o foi no período medieval, do qual se recebe a herança nos dias atuais.

Então, o trabalho tem por finalidade estudar a sociedade romana na transição da Antiguidade para o Medieval, no tocante a influência religiosa sobre o comportamento sexual da população daquela cidade, que nem sempre foi repudiado, mas passou a sê-lo no período medieval, cujos tabus e preconceitos se mantêm na atualidade.

Porém, não foi somente a sexualidade das pessoas que foi afetada, mas também o comportamento em geral. Por isso, trabalha-se aqui outro marco: a instauração da fé cristã como uma religião oficializada em Roma.

As mudanças comportamentais e repúdios sexuais entre os séculos III e VI não ocorreram de forma acelerada, visto que as diferenças entre o monoteísmo vigente e o politeísmo passado eram enormes. O próprio comportamento da sociedade também mostrava que foi necessário um bom período de transição para que ocorressem as mudanças nos pensamentos, nas práticas e nos discursos sexuais, influenciados pela religiosidade. Além disso, verifica-se que, sob a aparência brilhante do Império Romano, escondia-se uma estagnação criadora e, com ela, “minaram não apenas a cultura do estado, mas também seu sistema político, sua força militar e seu progresso econômico” (ROSTOVTZEFF, 1977: 300).

Sob o contexto da transição da Idade Antiga para a Idade Média, a fragmentação do mundo romano antigo tem como causa dois acontecimentos independentes, mas de igual importância, que determinaram semelhante crise: o deslocamento de um mundo “bárbaro” belicoso, formado de pequenos povos, para as terras ocupadas por uma civilização vista como superior pela sua estrutura política, econômica e cultural, e por um movimento religioso determinado pela expansão do novo credo cristão. São duas forças que agem simultaneamente sobre um império geograficamente extenso, mas socialmente enfraquecido, debilitado e decadente.

Os “nórdicos” ou germanos e os eslavos foram obrigados a se deslocarem das regiões setentrionais, impelidos por invasores mongóis. As migrações dos povos germânicos e eslavos, às quais deram o nome de invasões, não foram planos de

conjunto; foram iniciativas isoladas de chefes mais arrojados que se deslocavam em direção ao Império Romano para fugirem dos hunos e dos ávaros.

Os germanos não constituíam uma raça, apenas um tipo étnico formado de vários povos com afinidades lingüísticas e institucionais. Inicialmente, eles entraram no Império Romano como prisioneiros, capturados de povos vencidos pelos conquistadores romanos; posteriormente, entraram como colonos e, com o passar dos anos, como soldados a serviço de Roma, tornando-se, finalmente, aliados. Sob esta última forma, conservaram seus chefes e tiveram a possibilidade de auxiliar e orientar na política imperial. A ascensão germânica também se deu devido a acordos políticos com os romanos; porém, os germanos perceberam que eram capazes de dominar o território e construir um império. Com a construção de Império Germânico, e principalmente após a queda do Império Romano em 476, ocorreram intercâmbios político, econômico e principalmente sócio-cultural.

Os eslavos, povos de cultura inferior aos germanos, eram grupos menores, mais pobres e menos armados. Estavam também ligados por afinidades lingüísticas e sociais, mais do que por afinidades étnicas. Para os contemporâneos, os invasores, imigrantes ou refugiados, não podiam deixar de constituir um desastre pelas depreciações, pilhagens e violência que praticavam. Entretanto, nem todos visavam destruir e massacrar ou aniquilar uma civilização e uma cultura que julgavam superior. Os germânicos, em poucas gerações, procuraram assimilar tudo o que era bom, e na visão deles a vida urbana era o que menos lhes convinha, resultando daí a cessação das atividades nos centros urbanos e a decadência das cidades, ocasionando uma fuga em massa para o campo.

Muitos invasores passaram como um vendaval, em rápido deslocamento, e pouco ou nada deixaram de sua cultura, como os godos e os vândalos. Outros, porém, como os francos e os saxões, impuseram o seu regime político, mas, embora conservando seus costumes, levaram em conta o direito romano nos casos individuais, e operou-se uma fusão, tendo os romanos, aos poucos, amoldado-se aos costumes germânicos e vice-versa.

Desta forma, o significado da Idade Média, no tocante a influência religiosa, deve-se ao impacto dos povos “bárbaros” e à religião cristã, mais propriamente a Igreja Católica, uma vez que ela se constituiu no tempo do Império Romano e colocou sobre ele as suas instituições. As invasões inquietaram o clero da mesma forma que inquietaram o Estado, mas a Igreja foi mais resistente e mais bem sucedida nas relações com os povos germânicos, aos quais se adaptaram mais facilmente que os romanos. O bispo, tendo se libertado da tutela imperial, permaneceu, muitas vezes, como a única autoridade política nas cidades sitiadas ou tomadas, pois naquela época o Cristianismo ainda se limitava às cidades, ao passo que no campo permanecia o Paganismo¹.

As comunidades cristãs urbanas eram solidamente constituídas de bispos, sínodos, concílios, diáconos, padres, etc., proporcionando um campo muito extenso à ação religiosa, e cabia um papel importante ao clero e aos bispos em particular, que era conquistar adeptos para o novo culto – o Cristianismo. Em algumas regiões e povos a Igreja Católica teve de regular sua ação: entre os vândalos só encontrou perseguidores, já entre os francos e anglo-saxões a conversão dos monarcas facilitou a missão. Clóvis, rei dos francos, tornou-se cristão por volta de 498 (século V), no período em que os

¹ A expressão Paganismo advém do latim *paganus* que significa camponês.

francos haviam se transformado na potência dominante ao norte dos Alpes, e seu batismo, “a exemplo da conversão de Constantino, foi de momentosa importância para o futuro da Igreja Cristã” (READ, 2001: 45).

As conversões e adesões dos monarcas, no entanto, não garantiram a tranqüilidade nem o sucesso total da Igreja Católica, haja vista que ela encontrou sérios obstáculos para vencer o arianismo, e também, após a derrota do Império Romano, teve de controlar e tratar da administração material e espiritual, construção, cobrança de impostos, direção de trabalho, etc., uma vez que houve a desintegração social.

No tocante ao sexo, a Igreja Católica, desde os primórdios, foi uma religião negativa quanto a essa questão, pois os pensadores encaravam a prática sexual, na melhor das hipóteses, como um mal necessário, somente indispensável para a reprodução humana, mas que perturbava a verdadeira vocação de uma pessoa que era a busca da perfeição espiritual, que por definição não é sexual e transcende a carne. Mas que incidências existem em relação às atitudes no período do medievo diante do sexo e da sexualidade? Elas surgem sob três categorias principais: teóricas (textos médicos, tratados teológicos, códigos de leis, etc.); práticas (registros de tribunais, manuais de penitência, regulamentos, etc.); e culturais (poesia, prosa, amuletos, etc.). Foi a Igreja que tomou a iniciativa de especificar quais atos sexuais poderiam ser praticados, além de regulamentar onde, quando e com quem o sexo poderia ter lugar, pois se tornara a força dominante na vida moral e espiritual das pessoas, na Idade Média. É por isso que os ensinamentos cristãos exaltam o celibato e a virgindade como a mais elevada forma de vida, o que marcou uma ruptura decisiva com a antiguidade pagã, que se preocupava com a manutenção da população e com a perpetuação da família, dando pouco valor à virgindade. Com isso, além dos cultos e cerimônias praticados pelo paganismo e dos seus deuses, o sexo foi o maior entrave entre a Igreja Católica e o Paganismo.

Desde os primórdios, a humanidade sempre buscou algo além de seus sentidos naturais – o místico, o superior, o divino. A terra, o seio materno de todos, era a grande mãe, a que dava alimento e abrigo, era venerada através da imagem feminina, aquela que é fértil. Com a evolução humana, a grande mãe também passou a ser todo o universo e surgiu o deus masculino, aquele que fertiliza a terra (e também domina a sociedade agrária), com chuvas e raios solares.

Durante a predominância do Império Romano no Mediterrâneo e além dele, as práticas sexuais tinham a finalidade de exaltação à fertilidade, para a procriação e também o prazer. A festa e a devoção podiam coexistir nas seitas, porque a festa era o culto, e os deuses se divertiam tanto quanto os homens. O paganismo não exigia confissão. Havia um costume pagão de lavagem após o ato sexual para evitar a concepção, mas não existia a preocupação, pelo menos entre os servos, com a privacidade do ato sexual.

Em Roma, o prazer era tão importante quanto a virtude, e as relações eram recíprocas, uma vez que os homens e os deuses tinham uma importância sincrônica. É por isso que os deuses têm seus costumes, virtudes e defeitos, e cuja conduta era, por vezes, decepcionante e muito criticada, como hoje nós criticamos nossos governantes. Os deuses do paganismo não se resumiam apenas a um papel metafísico, e eles, na visão dos romanos, faziam parte do mundo real, machos e fêmeas que pertencem às três raças que povoaram o mundo: os animais (irracionais e mortais); os homens (racionais e mortais); e os deuses (racionais e imortais).

Na sociedade em referência, os banquetes eram suntuosos assim como deveriam ser as noites de amor. Baco² era o mais difundido e cultuado entre os romanos, onde todos os excessos eram permitidos e a principal preocupação era beber e se divertir. Durante a festa um gigantesco órgão sexual masculino percorria a cidade e o campo em uma carroça ricamente adornada de flores pelas mulheres mais importantes da cidade³. O povo romano carregava consigo um pênis como talismã, e o sexo era um direito ou quase um dever para finalizar um dia de festa.

O estudo de Le Roy Ladurie em Montailou revela também “o arraigamento no campo de uma moralidade alternativa à pregada pela Igreja, na moralidade tribal e camponesa pré-cristã, na qual a vida sexual era livre e fácil, a fornicção e o concubinato eram comuns” (RICHARDS, 1993: 46).

O ato sexual era geralmente considerado como sendo inocente se realizado, por dinheiro, com uma prostituta, ou entre duas pessoas que extraíssem prazer disso. A idéia era que, se o sexo fosse agradável para os parceiros, não era desagradável a Deus. A sensualidade era algo normal e fazia parte do cotidiano do romano, assim como os banhos e os espetáculos, sendo que muitas vezes se encenavam peças teatrais onde a sensualidade era ressaltada.

Os homens da Alta Idade Média acreditavam que as mulheres detinham os segredos do amor, através de porções mágicas e filtros. O “santo membro” – o órgão sexual masculino – era cultuado como símbolo de força geradora inesgotável da natureza e da fertilidade. Em Roma, Príapo⁴ era o filho de Afrodite e Dionísio, e a princípio seu lugar de adoração nas casas era o jardim, pois trazia fortuna. Além disso, as mulheres, para se tornarem férteis, montavam sobre seu membro ereto, grande e roliço. Ele também era cultuado pelos homens, pois acreditavam que podia lhes devolver a potência sexual quando esta se debilitasse. Porém, a paixão amorosa para o romano era o grande terror, porque, para o homem “perder a cabeça” por uma mulher apenas por excesso de sensualidade, era o mesmo que torná-lo escravo. Nem os poetas que escreviam poesias obscenas ousavam enaltecer a paixão abertamente. Por estas e outras razões é que se pode afirmar que o paganismo não era uma religião sem limites.

“O paganismo greco-romano é uma religião sem além nem salvação, mas não é necessariamente fria nem indiferente à conduta normal dos homens, a tal respeito pode enganar o fato de que essa religião sem teologia nem igreja é, se assim ousamos dizer, uma religião *à la carte*: cada um venera particularmente os deuses que quiser e imagina-os como pode” (ARIÈS, DUBY. 1995: 202).

Havia em Roma a preocupação de manter um comportamento correto e harmonioso, que inclusive era regulamentado por códigos.

² Deus do prazer, da bondade e da sociabilidade.

³ Essas festas romanas lembram as atuais procissões da Igreja Católica, as quais se enfeitam e veneram os santos e percorrem ruas e fazendas ou navega-se por mares e rios.

⁴ Deus da fertilidade representado com o pênis ereto.

“Não se estabelece distinção entre amor homossexual e amor heterossexual; o prazer físico é visto como uma continuidade subjacente entre os dois. O prazer enquanto tal não coloca nenhum problema para o moralista de classe superior. Em compensação, julga-se – e muito severamente – o efeito que tal prazer pode exercer sobre o comportamento público e as relações sociais do homem: a vergonha que pode levar um homem das classes superiores a submeter-se ou fisicamente, adotando uma posição passiva no ato sexual, ou moralmente, entregando-se a um inferior de qualquer sexo” (ARIÈS, DUBY. 1995: 232).

Entre mulheres e homens as relações eram limitadas da mesma forma; por exemplo: um homem jamais deveria praticar sexo oral com sua mulher, ao menos que desejasse está submisso a ela, uma vez que a mulher era considerada inferior ao homem. Nas classes ditas inferiores o contraste era notório, cujos prazeres mais vulgares eram exaltados e muitas vezes financiados por “homens notáveis” das altas classes.

A nudez em Roma não era motivo de vergonha. Muitos – das classes mais altas – acreditavam que se seguissem o código de comportamento sexual, as crianças nasciam mais perfeitas do que aquelas que eram concebidas em relações sexuais que não seguiam as normas. Assim, o sexo era apresentado como um sinal da moral social, ligado à manutenção dos códigos. Os “homens notáveis” se submetiam (ou pelo menos tentavam) a esse código austero de puritanismo masculino, mas, em suas relações com os inferiores, eles promoviam uma sucessão de espetáculos obscenos, nos quais o deus Baco era o mais reverenciado. As orgias sagradas, por exemplo, eram rituais sagrados e originalmente um sacrifício aos deuses, afinal não se escolhia o parceiro ou a parceira. As relações sexuais eram praticadas também com velhos, feios, doentes e paralíticos, homens com homens, mulheres com mulheres, etc.

O paganismo, no fim do século III, passou a ser uma religião noturna, pois seus cultos e cerimônias passaram a ser privados e ocultos, tentando inclusive se revestir de uma aparência cristã⁵.

Alguns desses deuses eram cultuados com o celibato, geralmente feito por mulheres que já estavam na menopausa ou ainda eram virgens. Em Roma, eram escolhidas seis moças virgens que deveriam manter a abstinência sexual durante trinta anos para manter o fogo da deusa aceso⁶.

Diante da conjuntura em Roma, no momento da oficialização da fé cristã, o Cristianismo não encontrou um terreno fértil para a propagação da sua fé, de modo que os adeptos vêm a proporcionar mudanças no comportamento da sociedade, principalmente no tocante ao comportamento sexual, pois a promiscuidade vigente não condizia com os hábitos e costumes que viriam a ser perpetuados pelo novo culto.

⁵ Esses rituais privados e ocultos, revestidos de aparências cristãs, permaneceram entre as classes mais altas de Roma durante um longo período, e, após um rico e requintado banquete, homens e mulheres deveriam se excitar mutuamente, apagar as luzes e entregarem-se ao sexo. Esses cristãos chamavam estas orgias de “satisfação do espírito”.

⁶ Essas virgens eram chamadas de Vestais. Caso uma das moças quebrasse o voto da castidade, era emparedada viva.

A forma encontrada pela Igreja Cristã para controlar o comportamento sexual baseou-se nos relatos sobre o Pecado Original⁷ que, no século II, Clemente de Alexandria vinculou diretamente à descoberta do sexo por Adão e Eva. No entanto, o grande propagador da idéia do Pecado Original foi Santo Agostinho, que aperfeiçoou essa idéia identificando-o com o desejo sexual, e não simplesmente com o ato sexual⁸.

Para o Bispo de Hipona, a ereção e o orgasmo prendem a atenção do homem e da mulher e, quando eles se manifestam, os amantes não conseguem fazer com que a vontade os controle. Para ele, trata-se de sinais evidentes e irreversíveis da cólera de Deus em todos os seres humanos – homens e mulheres, casados ou castos –, frente ao frio orgulho de Adão e Eva quando contrariaram sua vontade.

A concupiscência da carne, em qualquer idade, manifestada nas relações sexuais, é o sinal da ruptura fatal da profunda harmonia que anteriormente existia entre o homem e Deus, e da qual Adão e Eva usufruíram por algum tempo no paraíso. Desta forma, viveram como humanos plenamente casados, e não mais como celibatários assexuados.

Essas idéias ou adaptações de tais pensamentos se tornaram parte integrante da filosofia da cristandade ocidental. A partir de então, o leigo cristão estava diante de uma nova concepção de significado do sexo. Para a sociedade da época seria difícil conceber que a paixão sexual já não estava voltada para as zonas precisas de sensação especificamente sexual, visto que, para os homens, o processo de ereção e o detalhe da ejaculação são fraquezas que todos partilham. Sendo assim, no pensamento de Santo Agostinho, as formas mais brutais de misoginia se atenuam. Torna-se possível que homem e mulher são profundamente passivos de fraqueza moral sexual, contrariando que Eva seria a culpada pelo desvio de Adão.

Porém, apesar de toda a importância que os pensamentos de Agostinho (que inegavelmente serviram de fundamento para a filosofia sexual cristã), os confessores, os pregadores e os padres populares continuaram a fazer a simples equação de que o Pecado Original é igual ao sexo, o que entrou profundamente na consciência popular.

Desta forma, a Igreja Cristã passa a fazer campanha ferrenha de combate à prática sexual. O sexo não deveria ser usado por mero prazer. Segundo essa definição, todo sexo fora do casamento, tanto heterossexual como homossexual, era pecado e, dentro do casamento, só deveria ser feito para fins de procriação. Os teólogos medievais enfatizaram que era um pecado mortal fazer amor com a esposa unicamente por prazer.

⁷ A Igreja Católica sugere que o Pecado Original vem da fraqueza da alma (liberdade), e não do corpo que já é impuro, imperfeito. Tal fato ocorre porque Adão e Eva sucumbiram ao pecado, ao orgulho, ao amor próprio, e não ao amor a Deus. Deste modo, o pecado original tem, para Agostinho, um caráter hereditário, toda a humanidade recebeu o pecado através deles.

⁸ Interessante a visão de Santo Agostinho em associar o Pecado Original ao desejo sexual, antecipando, se assim podemos dizer, o pecado, ou seja, não é o ato sexual que é pecaminoso, mas o que vem antes dele – o desejo pelo sexo é o grande pecado. Pois, caso continuasse com a idéia de Clemente de Alexandria, em que a união carnal entre o homem e a mulher foi estabelecida por Deus, Ele mesmo teria levado o homem ao pecado, quando ordenou, crescei, multiplicai e enchei a terra. A idéia de Clemente de Alexandria é a mesma mencionada no Gênesis, e o ato sexual teria sido o que gerou o pecado de origem. Porém, esta explicação não encontra, contudo, raízes nas tradições judaicas pré-cristãs, em que a união carnal entre o homem e a mulher foi estabelecida por Deus. Então, se o pecado original fosse encarado como o ato sexual, todos os ideais da Igreja Católica em controlar os desejos carnis ou sexuais estariam sem fundamento.

A campanha da Igreja enfatizava que qualquer prática sexual fora do casamento era proibida, e essa proibição fora fiscalizada através das confissões, que, nesse período – entre os séculos III e VI – eram comunitárias. No século IV, São Jerônimo disse: “um homem que está ardentemente apaixonado por sua esposa é um adúltero”⁹ (RICHARDS, 1993: 34).

Portanto, segundo os ensinamentos cristãos, o sexo nas pessoas era natural e exclusivamente para os objetivos de reprodução e por nenhum outro motivo. Os cristãos exaltam o celibato e a virgindade como as mais elevadas formas de vida, o que marcou uma ruptura decisiva com a antiguidade pagã, que se preocupava com a manutenção e o controle da população além da perpetuação da família.

Em relação ao casamento, esta cerimônia religiosa era praticada antes do advento do Cristianismo. No paganismo já existia o casamento, mas, com a fé cristã, ele passou por várias modificações e concepções a partir da união entre um casal. Segundo Richards, “Cristo havia concebido o casamento como o estado normal das pessoas e declarou-o indissolúvel, exceto em casos de adultério” (1993: 34).

São Paulo enfatizou que o celibato era o ideal mais elevado, a forma mais desejável de vida, mas o casamento era uma alternativa inferior aceitável: “é melhor casar do que abrasar” (RICHARDS, 1993: 34). Então, o casamento se tornou o meio cristão básico de regular o desejo sexual, combatendo a fornicção e perpetuando a espécie.

O esforço da Igreja Católica para controlar a prática sexual parece ter tido um aspecto positivo, que foi o de canalizar a atividade sexual para o casamento. Todavia, estendeu o controle da Igreja a partir da transformação de uma instituição, em grande parte secular, em um sacramento.

A sacralização envolvia o cumprimento de novas regras elaboradas para aumentar o efeito estabilizador do casamento sobre a sociedade: o cumprimento das determinações de monogamia, indissolubilidade do casamento, a proibição do casamento até o sétimo grau de parentesco consanguíneo, o não incentivo ao segundo casamento e a proibição da idéia do consentimento por parte do casal que se unia. No entanto, nas tradições romanas a última regra não teve muito êxito, pois o consentimento era um conceito muito mais amplo, no qual a ênfase era geralmente colocada na permissão por parte do pai da noiva¹⁰.

Os casamentos eram acertados entre as famílias em todos os níveis sociais, pois quase sempre envolviam propriedade ou, posteriormente, dinheiro que mudava de mãos, e presentes. O amor, que hoje em dia no mundo ocidental se pressupõe ser uma condição prévia do casamento, raramente estava envolvido em Roma entre os séculos III e VI. Em geral, o amor não precedia freqüentemente ao casamento, ou ao menos se seguia a ele: era uma questão social, comercial e política. Somente nas camadas mais baixas da sociedade não havia nada em jogo além do sexo e do companheirismo. Conseqüentemente, as pessoas envolvidas raramente se davam ao trabalho de se casar, contentando-se com um concubinato flutuante e transitório. Em tudo isso, o papel da mulher permaneceu subordinado ao homem. A mulher não tinha poder e, em praticamente tudo, estava sujeita ao controle de seu marido, isso após o casamento, pois antes dele estava sob o controle total do pai. Isso demonstra a inferioridade inerente e

⁹ Esta opinião foi freqüentemente reiterada no decorrer da Idade Média.

¹⁰ Esta idéia perdurou por vários séculos, chegando até os dias atuais em algumas regiões do mundo.

insuperável da mulher durante o Medievo e que perpassou para muitas sociedades nos dias atuais.

As teorias sobre o papel da mulher foram desenvolvidas pelos padres da Igreja Cristã. A mulher era filha e herdeira de Eva, a fonte do Pecado Original e um instrumento do diabo.

“Era a um só tempo inferior (uma vez que fora criada da costela de Adão), e diabólica – uma vez que havia sucumbido à serpente fazendo com que Adão fosse expulso do paraíso, além de ter descoberto o ‘deleite carnal’ e o ter mostrado a Adão” (RICHARDS, 1993: 36).

Esta versão da inferioridade da mulher era uniformemente divulgada nos tratados teológicos, médicos e científicos, e ninguém os questionava. Por causa de seu caráter maligno intrínseco, a mulher precisava ser disciplinada. A lei canônica permitia especificamente o espancamento da esposa, e isso acontecia em todos os níveis da sociedade. Legalmente uma mulher não podia ocupar cargos públicos, servir como comandante militar, ser advogada ou juíza. A lei secular justificava tal proibição com base no fato de que elas eram, por natureza, frívolas, ordinárias, avarentas e de uma inteligência limitada.

A lei eclesiástica justificava tudo isso com base no Pecado Original. “As mulheres não podem ter acesso a nenhum cargo público. Devem se dedicar às suas ocupações femininas e domésticas” (RICHARDS, 1993: 36).

O casamento era assim o destino mais esperado da maioria das mulheres.

Ainda nos dias atuais, em muitas sociedades, as mulheres são vistas praticamente da mesma forma que em Roma, durante os séculos III e VI; período em que a cristianização e a Igreja Católica se justificavam e se fundamentavam como força dominante.

O espaço temporal e físico estudado se revelou um período de grandes transformações no comportamento sexual da humanidade.

A nossa conduta atual foi moldada a partir do advento do Cristianismo, cuja sexualidade, que constituía um instrumento de construção da sociedade, deveria ser rechaçada. O Cristianismo chegou a tal obsessão a ponto de reduzir o homem à arte de matar e a mulher de procriar.

O período estudado foi um combate silencioso entre duas religiões: o Paganismo e o Cristianismo. É a fase cujo inconsciente coletivo foi moldado a partir da filosofia cristã, havendo adaptações de algumas cerimônias e cultuações pagãs.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **A História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, v.1.

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade**: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESCHENER, Karlheinz. **História sexual del Cristianismo**. Madri: Yalde.

GIODANI, Mário Curtis. **História dos reinos bárbaros**: Idade Média II. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

LEVI, Giovanni, SCHIMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v.1.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

READ, Piers Paul. **Os Templários**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**, 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.